Nome: **Sala:**

Documento de identidade:

Inscrição: Sequência:

Local de prova:

PREFEITURA DE
ALEXÂNIA

CONCURSO PÚBLICO - NÍVEL SUPERIOR

105: ANALISTA AMBIENTAL

Provas Objetivas e Discursivas

Instruções **TARDE**

- **Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo.**
- **Verifique atentamente se este caderno de provas corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém 120 (cento e vinte) itens, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.**

Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

"Acima de tudo, guarde o seu coração"

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização das provas. Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer das provas – e ao preenchimento da **folha de respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva **folha de texto definitivo**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
- Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início da prova, você poderá entregar sua **folha de respostas**, sua **folha de texto definitivo** e este caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização da prova.
- Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar a prova, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** e sua **folha de texto definitivo** devidamente assinadas e deixe o local de prova.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **folha de respostas** ou na **folha de texto definitivo** poderá implicar a anulação das suas provas.

- **Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.**
- **É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.**

Mais informações: contato@institutoibest.com.br | Canal Telegram: @institutoibest

Instituto ibest

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.
A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.

A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplidão.

A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.

A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir no telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.

A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez paga mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.

A gente se acostuma a andar na rua e ver cartazes. A abrir as revistas e ver anúncios. A ligar a televisão e assistir a comerciais. A ir ao cinema e engolir publicidade. A ser instigado, conduzido, desnorteado, lançado na infindável catarata dos produtos.

A gente se acostuma à poluição. Às salas fechadas de ar-condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.

A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana. E se no fim de semana não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

Marina Colasanti. **Eu sei, mas não devia**.
In: **Jornal do Brasil**, 1972 (com adaptações).

A respeito das ideias e dos sentidos veiculados no texto, julgue os itens de **1** a **5**.

1 No texto, a autora se posiciona contra a adaptação do ser humano às condições adversas de vida no mundo contemporâneo.

2 De acordo com a autora, o ser humano busca não sofrer ao se acostumar às condições citadas no texto.

3 Nas linhas 3 e 4, o vocábulo “logo” tem sentido conclusivo.

4 A maioria dos períodos do terceiro parágrafo é construída com base em relações de causa e consequência; nos períodos em que isso ocorre, é apresentada primeiro a consequência e, em seguida, a causa.

5 Entende-se do texto a ideia de que pode ser benéfico acostumar-se com as condições impostas pela vida cotidiana, na medida em que isso permite afastar “uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá”, entre outras vantagens.

Acerca de aspectos gramaticais do texto apresentado, julgue os itens de **6** a **14**.

6 A repetição do verbo "esquece" na linha 5 deve-se ao fato de que o seu sujeito muda: na primeira ocorrência desse verbo, seu sujeito é "o sol"; na segunda, "o ar"; e, na terceira, "a amplidão".

7 O uso da primeira pessoa no início do texto revela que se trata de um relato pessoal.

8 A expressão "a gente", da forma como está empregada no texto, é considerada um registro informal correspondente ao pronome de primeira pessoa do plural **nós**, por isso a substituição de "a gente se acostuma" (linha 1) por **nós nos acostumamos** preservaria a correção gramatical, a coesão e a coerência das ideias do texto, embora alterasse seu nível de formalidade.

9 No terceiro parágrafo, seria gramaticalmente correto flexionar no feminino as palavras "sobressaltado", "atrasado" e "cansado".

10 Seria correto isolar o trecho "hoje não posso ir" (linha 13) entre aspas.

11 No trecho "Às bactérias da água potável" (linha 23), o uso do acento indicativo de crase é obrigatório.

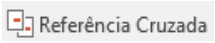
12 A palavra "tremor" (linha 23) pertence à classe gramatical dos verbos.

13 A colocação pronominal no trecho "Se acostuma para evitar feridas", no último parágrafo, não segue as normas da modalidade padrão da língua portuguesa, pois, de acordo com tais normas, não se deve iniciar período com pronome átono.

14 O final do texto ficaria mais conciso, sem prejuízo da sua correção gramatical e dos seus sentidos, caso fosse eliminado o pronome "se" em "se perde de si mesma", pois ele é redundante com a expressão "si mesma".

No que diz respeito ao programa Microsoft Word 2016, aos conceitos de redes de computadores e ao programa de navegação Microsoft Edge, em sua versão mais recente, julgue os itens de **15** a **18**.

15 No Word 2016, ao posicionar o cursor do *mouse* sobre a primeira célula (campo) de uma tabela, localizada no canto superior esquerdo, aparecerá o botão . Ao clicar sobre esse botão, uma nova tabela será adicionada logo abaixo da tabela existente, já que a função desse botão é duplicar tabelas.

16 O recurso 

do Word 2016 permite ao usuário criar vínculos (*links*) com outras partes do mesmo documento.

17 Em redes de computadores, um endereço IP dinâmico é um endereço que pode alterar sempre que o usuário faz *login* em seu computador ou a cada intervalo de tempo (dias, meses, etc.).

18 O Microsoft Edge possui recursos que permitem uma exibição lado a lado, tornando mais fácil e rápido, por exemplo, fazer compras e resumir informações sem sair do navegador ou mudar de guia, graças a Inteligência Artificial (IA).

Julgue os itens de **19** a **22** quanto à computação em nuvem, às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais e ao Google Planilha.

19 Na computação em nuvem, a IaaS (*Infrastructure as a Service*) oferece ao usuário serviços de aplicação prontos para uso. Entretanto, estes serviços não podem ser personalizados.

20 *Rootkits* são programas que infectam apenas arquivos de texto e não representam uma ameaça significativa para sistemas modernos.

21 Nas organizações, os incidentes de *ransomware* causam estragos em operações, finanças e reputação.

22 A maior desvantagem do Google Planilha é que não há compatibilidade de algumas funções com o programa Excel da Microsoft. Por exemplo, todos os atalhos usados no Google Planilha são diferentes dos atalhos usados no Excel.

Com base na compreensão de estruturas lógicas e na lógica de argumentação, julgue os itens de **23** a **26**.

23 O argumento "Todos os zumbis são corredores de maratona. Todos os corredores de maratona são surfistas. Logo, todos os zumbis são surfistas" é válido.

24 Se a proposição "Todos os extraterrestres são dinossauros" é falsa, pode-se inferir que "Nenhum extraterrestre é dinossauro".

25 As proposições "Vampiros não gostam de suco de tomate ou golfinhos são telepatas" e "Se vampiros gostam de suco de tomate, então golfinhos são telepatas" são equivalentes.

26 A negação de "Ninjas são furtivos se, e somente se, feiticeiros são imortais" é "Ou ninjas são furtivos ou feiticeiros são imortais".

Com relação aos anagramas da palavra CORUMBÁ, julgue os itens de **27** a **30**.

27 Há um total de 5.400 anagramas.

28 Mais de 3% dos anagramas têm as consoantes e as vogais alternadas.

29 Ao selecionar um desses anagramas aleatoriamente, a probabilidade de que ele comece e termine com uma consoante é de 3 em 7.

30 O número de anagramas que começam ou terminam em vogal é igual a 3.600.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com relação a ética e moral, julgue os itens de **31** a **33**.

31 A ética está intrinsecamente ligada ao domínio prático, refletindo a aplicação de princípios e valores no contexto da ação.

32 Uma ação adquire valor ético quando é realizada de maneira autônoma, por iniciativa própria.

33 Na qualidade de ciência, a moral extrai dos fatos éticos os princípios gerais que se aplicam a esses fatos.

Julgue os itens de **34** e **35** considerando a ética e função pública.

34 Embora cumpram as formalidades legais, é responsabilidade dos servidores abster-se de exercer suas funções com objetivos contrários ao bem comum.

35 A conduta ética do servidor público vai além do simples cumprimento do que lhe é permitido. Essa ética se manifesta na orientação interna que ele confere às suas ações, incluindo a motivação e o cuidado dedicados no cumprimento de seus deveres.

Acerca de improbidade administrativa nos termos da Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens de **36** a **40**.

36 Tom, servidor da Câmara Legislativa de um município brasileiro, foi acusado de receber vantagem econômica para favorecer uma empresa participante de uma licitação conduzida pelo órgão. Em virtude disso, enfrentou um processo por improbidade administrativa. Nesse caso, a conduta de Tom se enquadra explicitamente na modalidade de ato de improbidade administrativa que resulta em enriquecimento ilícito. A configuração desse ato ímprobo requer, entre outros elementos, a presença de conduta dolosa.

37 A celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a devida observância das formalidades legais configura um ato de improbidade administrativa que resulta em prejuízo ao erário.

38 A utilização, em benefício público, de bens, rendas, verbas ou valores que fazem parte do patrimônio da administração pública direta configura um ato de improbidade administrativa, caracterizando prejuízo ao erário.

39 Facilitar permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de entidades da administração pública por preço inferior ao de mercado é conduta que gera enriquecimento ilícito.

40 A categorização dos atos de improbidade que incidem sobre os princípios da administração pública é de natureza exemplificativa.

Com base na Lei nº 12.527/2011 e suas alterações, julgue os itens de **41** a **45**.

41 Considera-se informação sigilosa aquela sujeita permanentemente à restrição de acesso público devido à sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

42 Documentos que abordem condutas praticadas por agentes públicos que resultem em violação dos direitos humanos podem estar sujeitos a restrição de acesso.

43 É vedado impor requisitos referentes aos motivos que motivam a solicitação de informações de interesse público.

44 Compete aos órgãos do poder público garantir a gestão transparente da informação, sendo estabelecido um prazo máximo de dez dias para a entrega da informação ao interessado, contado a partir da data da requisição. Em situações de indeferimento do acesso à informação, o interessado tem o direito de interpor recurso contra a decisão no prazo de cinco dias a partir do momento em que toma conhecimento da mesma.

45 O requerente tem o direito de obter o texto integral da decisão de recusa de acesso, seja por meio de certidão ou cópia.

Acerca da Lei Orgânica do município de Alexânia, julgue os itens de **46** a **53**.

46 Ao município de Alexânia compete privativamente instituir uma Guarda Municipal voltada para a proteção das instalações, bens e serviços municipais, conforme estabelecido pela legislação.

47 É competência privativa do município de Alexânia efetuar o registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

48 Exclusivamente ao município de Alexânia compete organizar os órgãos e entidades executivas de trânsito locais, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações.

49 Ao município de Alexânia compete, em conjunto com a União e o Estado zelar pela preservação da Constituição, das leis e das instituições democráticas, além de conservar o patrimônio público.

50 Ao município de Alexânia é vedado conceder isenções, anistias fiscais ou permitir a remissão da dívida sem justificado interesse público, sob pena de nulidade do ato.

51 O município de Alexânia tem a responsabilidade de instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

52 O Poder Judiciário do município de Alexânia é exercido pela Secretaria de Justiça Municipal constituída de representantes do povo, eleitos por voto direto e secreto.

53 À Câmara Municipal de Alexânia, com a sanção do Prefeito, compete legislar sobre tributos municipais, o processo de lançamento e arrecadação, além da normatização da receita não tributária.

De acordo com a Lei complementar municipal nº 50/2022, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Alexânia/GO, julgue os itens de **54** a **60**.

54 Conforme esta Lei, a posse representa o ato que formaliza a investidura do servidor no cargo público para o qual foi nomeado.

55 Cargo público de confiança corresponde ao cargo de nomeação em comissão, estabelecido por lei, em quantidade específica, remunerado pelo Erário Municipal, de caráter temporário e sujeito a livre nomeação e exoneração.

56 O servidor público recém-empossado terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de assinatura do termo de posse no cargo público, para entrar em exercício.

57 O servidor público que não obtiver habilitação durante o estágio probatório será submetido a um novo período de estágio até alcançar a devida habilitação.

58 No município de Alexânia, o servidor público sujeito a uma jornada de trabalho especial corrida sofrerá uma redução em seus vencimentos.

59 A concessão do regime de teletrabalho é opcional e limitada às atividades ou responsabilidades do cargo público em que seja viável mensurar de maneira objetiva a produtividade do servidor público.

60 Os valores devidos ao Erário Municipal devem ser descontados das verbas rescisórias no momento da demissão ou exoneração do servidor público, seja por iniciativa do município ou a pedido do próprio servidor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Seguindo uma tendência internacional, a Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo próprio ao meio ambiente. Tratando da matéria ambiental de maneira singular, é chamada por alguns de "Constituição Verde".

César Petrovich Bezerra, F. **O Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988: Um olhar sobre os princípios constitucionais ambientais**. Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, [S. l.], v. 1, n. 02, 2013. Internet: https://periodicos.ufrn.br.

Considerando o disposto no artigo 225 da Constituição Federal, julgue os itens de **61** a **70**.

61 O princípio do desenvolvimento sustentável está consagrado na Constituição Federal de 1988.

62 O princípio da precaução é aplicado quando são conhecidos os impactos que uma determinada ação causa ao ambiente.

63 As práticas desportivas que envolvem o uso de animais não são consideradas cruéis, desde que sejam reconhecidas como manifestações culturais.

64 O princípio da prevenção é aplicado quando estamos lidando com incertezas em relação ao potencial prejudicial de uma ação no ambiente.

65 A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são considerados patrimônio nacional. Sua utilização ocorrerá de acordo com as disposições legais, garantindo condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive no que se refere ao uso dos recursos naturais.

66 A Constituição Federal não menciona explicitamente o Licenciamento Ambiental, abordando apenas o estudo prévio de impacto ambiental.

67 A instalação de usinas que operem com reator nuclear está condicionada à localização determinada por lei federal.

68 Compete ao poder público a definição, em todas as unidades da Federação, de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. A alteração e a supressão desses espaços só são permitidas por meio de lei, sendo vedado qualquer uso que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

69 Com o objetivo de garantir a efetividade do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabe ao Poder Público, dentre outras medidas, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientizar o público sobre a importância da preservação do meio ambiente.

70 O conjunto de responsabilidades do poder público, visando garantir o cumprimento do disposto no artigo 225, foi expandido para incluir a manutenção de um regime fiscal favorável para os biocombustíveis destinados ao consumo final. Isso assegura que eles sejam tributados a uma taxa inferior àquela aplicada aos combustíveis fósseis.

No que se refere ao Zoneamento Ambiental definido na Lei Municipal n.º 973/2007, que institui o Código Municipal Ambiental de Alexânia, julgue os itens de **71** a **75**.

71 As Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) são diferenciadas por suas peculiaridades econômicas e ecológicas.

72 Os espaços públicos abertos, praças, parques infantis, parques esportivos, rótulas e canteiros do sistema viário e jardins integram as ZPA do município de Alexânia.

73 Dependendo da classificação da ZPA, é permitida a construção de edificações com mais de três pavimentos.

74 A ZPA-I abrange as Unidades de Conservação e os espaços territoriais especialmente protegidos, englobando tanto áreas verdes públicas quanto particulares, que possuam vegetação relevante ou florestada.

75 O poder público municipal tem a prerrogativa de converter áreas tanto de domínio público quanto privado em unidades de conservação, utilizando os instrumentos legais pertinentes para esse fim.

Com relação ao Direito Urbanístico e Política Urbana, julgue os itens de **76** a **80**.

76 O desenvolvimento do Plano Diretor deve ser liderado pelo Poder Executivo, em colaboração com o Poder Legislativo e a sociedade civil.

77 O Plano Diretor, ratificado pela Câmara Municipal, em cidades com uma população igual ou superior a vinte mil habitantes, constitui um instrumento fundamental para a orientação da política de desenvolvimento e expansão urbana.

78 O Plano Diretor, sancionado por meio de decreto municipal, representa o alicerce da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo sujeito a revisões periódicas, pelo menos a cada dez anos.

79 A posse de uma área urbana de até 250 m² pode ser adquirida por usucapião por qualquer pessoa que a possua como sua, de forma ininterrupta e sem oposição, por um período de cinco anos, desde que seja destinada à moradia própria ou de sua família.

80 Em cidades com uma população superior a quinhentos mil habitantes, é imperativo a elaboração de um plano de transporte urbano integrado, o qual deve ser coerente e alinhado com o plano diretor ou incorporado a ele.

Em relação ao parcelamento do solo urbano, disciplinado pela Lei Federal n.º 6.766/1979, julgue os itens de **81** a **85**.

81 A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, escola, unidade de pronto atendimento (UPA), energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

82 O parcelamento do solo para fins urbanos somente será permitido em zonas urbanas, áreas de expansão urbana ou locais designados para urbanização específica, conforme previamente determinado pelo plano diretor ou ratificado por lei municipal.

83 Os critérios urbanísticos para loteamentos incluem uma área mínima de 120 m² e uma frente mínima de 5 metros, a menos que o loteamento tenha como propósito a urbanização específica ou a construção de conjuntos habitacionais de interesse social, os quais devem ser previamente autorizados pelos órgãos públicos competentes.

84 Nas faixas de domínio público das rodovias, é estabelecida uma reserva de faixa não edificável de pelo menos 10 metros em cada lado, podendo essa largura ser reduzida por legislação municipal ou distrital que ratificar o instrumento de planejamento territorial, desde que não ultrapasse o limite mínimo de 4 metros em cada lado.

85 Nas proximidades da faixa de domínio das ferrovias, é imperativa a reserva de uma faixa não edificável, abrangendo no mínimo 10 metros de cada lado.

A viabilidade de implantação de uma determinada atividade requer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à sua localização, instalação e operação. Estes Estudos subsidiam a análise da licença ambiental requerida pelo empreendedor. Acerca dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), julgue os itens de **86** a **90**.

86 O EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são abordados pela Resolução 237/97 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Essa resolução trata da incorporação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos fundamentais da Política Nacional do Meio Ambiente.

87 O EIA compreenderá, no mínimo, algumas atividades técnicas, tais como: a realização de um diagnóstico ambiental da área de influência do projeto sob análise no EIA (abrangendo o meio físico, biótico e socioeconômico), a análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, a definição de medidas mitigadoras para os impactos negativos, e a elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos, tanto positivos quanto negativos.

88 Os empreendedores e profissionais que assinam estudos ambientais são responsáveis pelas informações neles contidas, estando passíveis de sanções administrativas, civis e penais.

89 O RIMA espelha as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e deve ser apresentado de maneira clara e compreensível. As informações devem ser expressas em linguagem acessível, apoiadas por técnicas de comunicação visual, para que as vantagens e desvantagens do projeto, assim como todas as implicações ambientais de sua execução, sejam compreendidas de forma abrangente.

90 O EIA e o respectivo RIMA são dois documentos distintos, que servem como instrumento de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), parte integrante do processo de licenciamento ambiental.

Com base na Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), julgue os itens de **91** a **95**.

91 Para alcançar os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, é fundamental observar o princípio de estimular o estudo e a pesquisa de tecnologias voltadas para o uso racional e a preservação dos recursos ambientais.

92 A avaliação de impacto ambiental é definida como um conjunto de procedimentos destinados a realizar um exame sistêmico dos impactos ambientais associados a uma ação proposta e suas alternativas. Esse processo visa assegurar a adoção de medidas de proteção ao meio ambiente, especialmente no que concerne às decisões relacionadas à implementação de um projeto.

93 Conforme previsto na PNMA, cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a responsabilidade de estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades, tanto aquelas efetivamente poluidoras quanto as que apresentam potencial poluidor.

94 Ao proprietário do imóvel é vedado restringir o uso de sua propriedade com o intuito de preservar recursos ambientais existentes, estabelecendo assim uma servidão ambiental.

95 A servidão ambiental é aplicável à Reserva Legal mínima exigida.

No que diz respeito à Resolução CONAMA nº 237/1997 e à competência dos órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente, julgue os itens de **96** a **98**.

96 Compete ao IBAMA o licenciamento de empreendimentos localizados ou desenvolvidos em dois ou mais estados da União.

97 O IBAMA poderá delegar aos estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional.

98 Os empreendimentos e atividades devem obter licenciamento nas esferas municipal e estadual, sujeitos a sanções em caso de não conformidade.

Acerca das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Unidades de Conservação, julgue os itens de **99** a **102**.

99 A Lei nº 12.651/2012, estabelece normas gerais sobre proteção de vegetação, APP e áreas de Unidades de Conservação.

100 Define-se APP como área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

101 Consideram-se APP as faixas marginais de qualquer curso d'água perene e intermitente, a partir da borda da calha do leito regular. A largura mínima é de 150 metros para cursos d'água com largura entre 50 e 200 metros.

102 Na implantação de reservatório d'água artificial destinado a abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das APP criadas em seu entorno, observando-se a faixa mínima de 30 metros e máxima de 100 metros em área rural.

Quanto às Unidades de Conservação, julgue os itens de **103** a **107**.

103 As Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável.

104 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

105 O objetivo básico das Unidades de Conservação de Proteção Integral é a de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

106 São categorias das Unidades de Conservação de Proteção Integral: Estação Ecológica e Refúgio de Vida Natural.

107 A Área de Proteção Ambiental é uma das categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e é constituída exclusivamente por terras públicas.

A respeito da Lei Federal n°. 11.445/2007 e das diretrizes nacionais para o saneamento básico, julgue os itens de **108** a **114**.

108 O tratamento de esgotos sanitários configura-se como um serviço público de esgotamento sanitário.

109 As atividades relacionadas a serviços de capina, roçada e poda em logradouros públicos não são consideradas serviços públicos especializados de limpeza urbana.

110 Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.

111 Os municípios exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico no caso de interesse local.

112 A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas poderá considerar o nível de renda da população da área atendida.

113 Os serviços de saneamento podem ser interrompidos pelo prestador na hipótese de negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, sem haver notificação prévia a respeito.

114 Não há obrigatoriedade de comunicação ao usuário sobre as interrupções programadas.

No tocante ao Decreto n° 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, julgue os itens de **115** a **120**.

115 No que diz respeito às multas, estabelece-se um valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) e um máximo de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

116 Quanto aos prazos prescricionais, a ação administrativa destinada a apurar práticas de infração contra o meio ambiente prescreve em 10 (dez) anos.

117 A prescrição da pretensão punitiva da administração elide a obrigação de reparar o dano ambiental.

118 Em caso de constatação de ocorrência de infração ambiental, é necessário notificar o autuado, assegurando seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

119 Na constatação de uma infração ambiental em uma obra, o agente autuante tem a prerrogativa de impor o embargo da mesma, exercendo seu poder de polícia.

120 O embargo de uma obra, onde foi constatada uma infração ambiental, pode ser estendido a outras localidades, considerando o risco de o mesmo ilícito ocorrer em outros empreendimentos da mesma construtora.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Uma iniciativa chamada *4 Day Week Global* acaba de chegar ao Brasil para testar a possibilidade de reduzir a jornada de trabalho para quatro dias, seguindo o princípio 100 – 80 – 100: a ideia é manter 100% do salário, trabalhando 80% do tempo, com 100% de produtividade.

Aqui no Brasil, 20 empresas vão participar do piloto que começa em novembro e vai durar seis meses. Ao final, cada companhia poderá decidir se segue no esquema reduzido ou não. Por enquanto, os selecionados para os testes estão passando por treinamentos e processos de integração para adaptação dos colaboradores.

No Reino Unido, por exemplo, os testes já chegaram ao fim, e 92% das empresas decidiram continuar com a semana de quatro dias. Além disso, 71% dos funcionários perceberam uma redução de *burnout* e as receitas ainda aumentaram, em média, 2%.

Internet: https://www.cnnbrasil.com.br.

O governo da Coreia do Sul foi forçado esta semana (19/3/2023) a repensar o plano que aumentaria o limite de horas de trabalho para 69 por semana, acima do limite atual de 52 horas, depois de provocar uma reação entre os trabalhadores da geração Z e *millenials*. Os trabalhadores da economia do leste asiático já enfrentam algumas das jornadas mais longas do mundo. Aumentar o limite foi visto como uma forma de lidar com a iminente escassez de mão de obra que o país enfrenta devido à queda da taxa de fertilidade, a mais baixa do mundo, e ao envelhecimento da população. Mas a medida foi amplamente criticada. Vale destacar que foi apenas em 2018 que, por demanda popular, o país baixou o limite de 68 horas semanais para as atuais 52.

Internet: https://www.cnnbrasil.com.br (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de textos acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

O dilema da jornada de trabalho no mundo contemporâneo

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) a centralidade do trabalho na vida das pessoas; **[3 pontos]**
b) produtividade *versus* qualidade de vida do trabalhador; **[3 pontos]**
c) defesa da diminuição ou da ampliação da jornada de trabalho. **[3 pontos]**

RASCUNHO PARA A PROVA DISCURSIVA	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Instituto ibest

ACOMPANHE O IBEST NAS REDES SOCIAIS

institutoibest

institutoibest

institutoibest